

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA COMBA
DÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE
2012:-----**

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão pelas quinze horas e cinco minutos, teve lugar a segunda sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.2 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2011, E AINDA A APRECIACÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL E RESPETIVAS AVALIAÇÕES DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO;

2.3 – RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO DO 2º SEMESTRE DE 2011;

2.4 - PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM DE RECRUTAMENTO PARA OCUPAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO, PREVISTOS E NÃO OCUPADOS NO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO, EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO PARA OS SEGUINTE LUGARES: CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR –UM TÉCNICO SUPERIOR, ÁREA DE PSICOLOGIA E UM TÉCNICO SUPERIOR, ÁREA DE LÍNGUAS E LITERATURAS MODERNAS, COM CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS DOCUMENTAIS- OPÇÃO ARQUIVO; CARREIRA/CATEGORIA ASSISTENTE TÉCNICO, UM ASSISTENTE TÉCNICO, ÁREA DE TÉCNICO DE ELETRÓNICA, CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL, UM LUGAR DE ASSISTENTE OPERACIONAL, ÁREA DE MECÂNICA= PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO

2.5 - PROPOSTA DE SUSPENSÃO PARCIAL E MEDIDAS PREVENTIVAS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO=APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.6 - REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL - PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTARQUICA;

2.7 - ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRANCOSO= MOÇÃO CONTRA A INTRODUÇÃO DE PORTAGENS NA A23 E A25

III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e Carla Maria Pereira de Sousa. Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os Srs. Deputados João Duarte Boto Martins, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Edite da Conceição Alves da Cruz, José Augusto Morais de Sousa, Inês Maria Varela Matos, Joaquim Pereira Rodrigues, Pedro Miguel Soares Veloso, Luís Artur Loureiro Pereira, Leandra Margarida Prata Cordeiro, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, Fernando Abel Simões, João Pedro Antunes de Almeida Costa, Ana Paula Silva Figueiral Ferreira, Hélder Luís Santos Pereira, Vital Esteves Lopes, Manuel Luís Leitão Morais, Hélder Morais dos Santos Dias, José Jorge, José Rui Batista Alves Ferreira, Fernando Manuel Dias Almeida e Costa, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos, José Marques Duarte da Cruz e Paula Cristina Massano Nunes Correia.

Verificou-se a ausência da Sra. Deputada Márcia Sofia Gonçalves Marques que justificou a falta.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012. Não havendo pedidos de intervenção, passou-se para a votação sendo a ata aprovada por maioria com 28 votos a favor (16 do PPD/PSD e 12 do PS) e uma abstenção do PS (Sra. Deputada Isabel Cruz).

O Sr. Presidente abriu de seguida as inscrições para intervenções dos Srs. Deputados neste período. Inscreveram-se os Srs. Deputados Boto Martins, José Augusto Sousa e Inês Matos.

Dada a palavra ao Sr. Deputado Boto Martins este referiu que o seu assunto se relacionava com a Associação dos Bombeiros que recentemente realizou a sua Assembleia Geral para apreciação do Relatório e Contas do último exercício onde um dos pontos que mereceu maior atenção por parte dos seus sócios foi o degradar da sua situação financeira. Como todas as Associações de Bombeiros do País esta também tem problemas financeiros, verifica-se que nos últimos anos apesar dos exercícios terem terminado com saldo positivo, este tem vindo a diminuir, sendo no último ano ainda positivo se se considerarem como cobráveis algumas dívidas de terceiros à

Associação. A situação deve preocupar todos os Santacombadenses que talvez unanimemente consideram a Associação dos Bombeiros como essencial. Uma das dívidas existentes tem a ver com a Câmara Municipal e por isso apelava ao Sr. Presidente da Câmara para que envidasse os maiores esforços, apesar das dificuldades reconhecidas que a Câmara tem, para que os Bombeiros sejam dos últimos setores a serem afetados, isto pelos serviços que prestam a todos. Era um apelo e gostaria que o Sr. Presidente confirmasse a dívida e os subsectores em que se divide, já que uma das partes diz respeito ao vencimento dos elementos da Equipe de Intervenção Primeira (EIP) que se encontram nos Bombeiros ao abrigo de um protocolo assinado entre a Câmara e Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este confirmou a dívida pois a situação da Câmara era clara e conhecida de todos. Havia atrasos nos pagamentos devido a dificuldades. O atraso de pagamento reflete-se em duas situações: os EIP onde a Câmara tem responsabilidade de pagar 50%, não tinha informação se a proteção civil tem pago a sua parte ou se é só a Câmara que deve e a outra parte diz respeito a um protocolo que foi retomado o ano passado e que também não tem sido pago. Queria recordar que a Câmara tem apoiado os Bombeiros em muitas outras situações, não tendo qualquer competência nessa área, lembrando os investimentos feitos, nos hangares, na Heli pista e no edifício. Tem havido um esforço para manter a Associação com os meios e competências que nos orgulham a todos. Esperava durante o mês de maio pagar uma parte ou a totalidade dos atrasos. Considerou inadmissível que na rua haja pessoas que o ofendem pessoalmente estando a ofender o Presidente da Câmara e não o cidadão pois não é ele que deve mas sim a Câmara. A situação não é fácil e as receitas dão para o que dão. As ofensas têm acontecido e a continuarem terão a devida resposta e tratamento pois considerava a situação inadmissível.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado José Augusto Sousa que apresentou um problema ligado à iluminação pública. Se de facto era apologista que a Câmara cortasse no que era supérfluo e a iluminação toda acesa de certeza que era supérfluo, já não podia compreender a existência de zonas completamente às escuras, quando locais que têm menos população e menos utilização continuam a ter lâmpadas acesas. Referia-se à Avenida Sá Carneiro, Avenida Santo Estevão e Bairro do Ex Fundo de Fomento e Habitação onde havia muita gente que saía às cinco da manhã para trabalhar e a essa hora não há uma única lâmpada acesa naqueles espaços, nem no local de estacionamento das viaturas nem dentro do próprio bairro, no entanto na rua que vai para a feira e bar Boémia no espaço de vinte metros há três candeeiros ligados toda a noite, considerava também que o Largo da Câmara tinha iluminação a mais. Pensava que uma medida mais vantajosa para a Câmara não seria cortar tudo mas cortar mais cedo e de forma intercalada.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que disse desconhecer a situação pensando ao princípio que se estava a referir ao facto de se apagarem os candeeiros às cinco da manhã mas já há concelhos próximos que apagam a iluminação às três da manhã. O que devia estar a verificar-se era o funcionamento

dos pontos de luz de modo intercalar, mas se estão todos apagados isso deve ser o resultado de uma avaria. Os postos de transformação de SCDão estão regulados para apagarem a iluminação às cinco horas da manhã, neste caso só poderá ser uma avaria.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Inês Matos que se dirigiu para a solidariedade que deve ser instalada nesta altura de crise. Referiu o movimento existente “zero desperdício” e que foi iniciado e criado com sucesso por um piloto da TAP - António Costa Pereira, destinado a recolher e aproveitar todos os bens alimentares que antes acabavam no lixo, como a comida que nunca saiu da cozinha ou que tem prazo de validade a terminar e que agora pode servir para ajudar quem tem fome. A criação deste movimento que pode ser consultado em www.zerodesperdicio.pt, foi fácil, bastou ter vontade, trabalho, coordenação e paixão. O autor pretende que este movimento seja um desígnio nacional, explicando que o movimento funciona como intermediário entre quem tem e pode dar e quem não tem mas precisa. O movimento contra o desperdício tem a sua verdadeira génese na petição contra o desperdício alimentar, contudo a sua formalização e concretização surgem após a criação da Associação Dar e Acordar, pretendendo acordar as pessoas e as instituições para a realidade e despertar ações comunitárias de boa vizinhança e solidariedade. Numa primeira fase tem como finalidade aproveitar todos os bens alimentares que antes acabavam no lixo fazendo-os chegar a pessoas com fome. Em apenas três meses foram angariados mais de sete mil quilos de alimentos e apoiadas trezentas e oitenta e sete famílias carenciadas no concelho de Loures. Os promotores, todos voluntários pretendem alargar o movimento a todo o País, pois hoje ainda está limitado à Área Metropolitana de Lisboa. A verdade é que não só seria interessante como muito importante se nos conseguíssemos organizar de modo a ocorrer às necessidades de muitas famílias do nosso concelho que não conseguem ter uma refeição digna por dia. Por dificuldades todos passamos mas custa muito saber que há famílias com fome, que há crianças que chegam a casa vindas da escola e que não têm um pão para comer. Nunca fez um levantamento destes, mas sabia que há muitas dificuldades e também muita vergonha em admiti-lo e para que a dignidade dessas famílias fosse sempre e antes de mais preservada o Gabinete de Ação Social da Câmara Municipal, os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, elementos fundamentais na sinalização destes casos, atuavam como elo de confiança entre o projeto e os mais carenciados. O levantamento dos estabelecimentos está feito no concelho e bastava entrar em contacto com os mesmos para assim delinear a estratégia necessária para fazer chegar a casa dos mais necessitados toda a comida que iria ser desperdiçada. Com estas duas realidades apuradas o Grupo de Trabalho coordenar-se-ia trabalhando em conjunto para assegurar essa distribuição. Fala-se apenas no concelho de SCDão, com um território pequeno e onde as situações são fáceis de identificar. A sua proposta era que se constituísse um grupo de voluntários, de pessoas que se quisessem juntar a esta causa a fim de que se pudessem fazer os contactos com os estabelecimentos comerciais cujo levantamento já está feito e se apure da viabilidade ou não deste projeto numa primeira fase. Na próxima sessão em junho o Grupo de

Trabalho já traria os dados necessários para que a distribuição se iniciasse. Não mais podemos contar apenas com o Estado, um Estado quase na banca rota que luta diariamente para prestar os cuidados básicos. A sociedade civil tem que se organizar, mobilizar-se na procura de soluções para as questões da fome e da miséria. Podemos começar por dizer não ao desperdício e simultaneamente ajudar a alimentar seres humanos que de outra forma não teriam o que comer. Lançava o apelo não só aos membros da Assembleia como ao público presente para que divulguem esta iniciativa trazendo mais pessoas a esta causa. Há diversas entidades no concelho que se poderão juntar a este movimento. A sua proposta era basicamente para nos mexermos, para sairmos da nossa zona de conforto com vista a ajudar quem mais precisa. À Autarquia apenas solicitava o apoio logístico que viesse a revelar-se necessário pois o resto ficaria a cargo dos voluntários.

Não havendo mais intervenções passou-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto dois do Art.º19 do Regimento passou-se para o ponto dois ponto um: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este focou os pontos principais constantes da informação sobre a atividade do Município que tinha sido distribuída aos Srs. Deputados. Sobre a situação económica e financeira salientou que a despesa no primeiro trimestre apresenta valores mais elevados comparativamente a 2011 realçando-se aí a rubrica “Aquisição de Bens e Serviços” por se terem pago despesas referentes a RSU e Energia Elétrica que em 2011 foram apenas pagas no segundo trimestre. Neste primeiro trimestre a receita também teve uma quebra de 11,6% comparativamente a 2011. Voltou a referir a injustiça provocada pela atual Lei das Finanças Locais no que diz respeito às verbas distribuídas pelo Estado apresentando quadros com valores onde comparava as verbas recebidas por SCDão e os concelhos mais próximos e com dimensão parecida com SCDÃO: Mortágua, Tábua e Carregal do Sal, não comparava com Tondela pois este concelho é de nível 2. Assim nos últimos cinco anos verificava-se que em relação a SCDão, Mortágua recebeu mais cerca de 10 milhões e 600 mil euros, Carregal do Sal recebeu mais cerca de 2 milhões e 500 mil euros e Tábua recebeu mais cerca de 5 milhões 760 mil euros. Assim o concelho é penalizado por duas vias, recebe menos verbas por habitante e por ter mais habitantes acaba por ter mais encargos e despesas com os serviços que tem que prestar (RSU, Iluminação Pública, Educação, etc.).

Pedi a palavra o Sr. Deputado Boto Martins que começou por dizer que a justificação já tinha sido apresentada em ocasiões anteriores. No entanto a Lei das Finanças Locais já estava em vigor, como tinha sido dito, há cinco anos, mas há cinco anos a situação da Câmara não era tão grave, nem nunca ouviu dizer que a dívida que existia anteriormente se devia a este fator, sempre se apontou como causa da dívida existente em 2005 a realização de obras, na opinião de alguns como supérfluas e até

inúteis. Portanto esperavam sinceramente como talvez a única e última esperança que a legislação seja alterada e o concelho possa ter direito a mais dois ou três milhões por ano de transferências para o orçamento local. Referiu depois o que considerou de acusações graves e que o afetavam a ele e constantes do texto da informação sobre a situação do Município que foi distribuída aos Srs. Deputados passando a ler o que a seguir se transcreve “apesar de todas as contrariedades e as tentativas recorrentes, de alguns políticos com responsabilidades no concelho, de impedirem o Município de obter receitas, seja através de fundos comunitários ou da venda de património, levantando suspeições, apresentando queixas às entidades gestoras do QREN e desmotivando eventuais investidores a fazerem negócios com a Câmara Municipal, só com o intuito de poderem dizer que têm razão relativamente às críticas que nos fazem, o executivo continuará determinado em atingir os objetivos a que se propôs e não se afastará um milímetro do caminho traçado”. Pedia ao Sr. Presidente da Câmara na medida em que eventualmente pudesse estar incluído naquele lote que nomeasse os tais políticos com estas responsabilidades, que eram graves se existissem, porque com muito oposição política que haja não lhe parecia que alguém a leve ao ponto de prejudicar os interesses do concelho deste modo impedindo o Município de obter receitas. Pedia para nomear os responsáveis e que esclarecesse quais as ações que esses responsáveis adotaram para a consecução destes objetivos que o Sr. Presidente lhes atribui.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por dizer que não eram tão graves como as que eram levantadas contra ele e se o Sr. Deputado se está a incluir, lá o saberia, eram factos, há cartas escritas pelos vereadores do Partido Socialista com acusações de irregularidades em obras que se executaram com fundos comunitários, com o único intuito, na sua opinião, de por um lado entrar na tal guerrilha política que só interessa a alguns e por outro lado de obviamente prejudicar financeiramente o Município. Se forem detetadas irregularidades nas obras e estava convencido de que não haveria obra neste País sem irregularidades, eventualmente a Câmara terá que devolver algum dinheiro, aliás como fez em 2006 com um projeto financiado pelo terceiro Quadro Comunitário de Apoio, em que tiveram de devolver 25 mil euros do projeto da estrada que vai das Lameiras à Sra. da Ribeira, essa verba teve que ser devolvida ou porque alguém fez alguma queixa ou a inspeção detetou irregularidades. Quando se levantam as questões internamente ainda se compreende, agora quando se fazem por escrito acusações para as entidades gestoras do QREN e não só, isso já começa a ser grave, portanto essas pessoas não querem beneficiar-se a si próprias, querem é por outro lado prejudicar o Município e isto é a realidade porque está escrito, são factos, não são invenções. Se as pessoas quiserem assumir, assumem, não estava ali para acusar, são factos e existem e estão escritos, já foi confrontado com isso e podia repeti-lo até à exaustão porque é a pura verdade.

Para defender a honra e ao abrigo do nº5 do Art.º25º do Regimento pediu a palavra o Sr. Vereador Leonel Gouveia que começou por dizer que o Sr. Presidente da Câmara fez uma acusação grave em relação aos vereadores do Partido Socialista e para

além das questões referentes ao QREN focou ainda factos relacionados com impedimentos de negócios mas sobre isto o Sr. Presidente não se referiu agora e seria bom que esclarecesse porque sobre o assunto nada sabia mas sobre as verbas do QREN estava ali para falar disso e que tinha a ver com a postura que os vereadores do PS sempre tiveram na Câmara Municipal pautada por uma questão de transparência mas também por uma questão de lealdade. O Sr. Presidente da Câmara sabe que tiveram sempre esta atitude e sabe disto porque quando se refere relativamente à participação às entidades gestoras do QREN recebeu a comunicação ao mesmo tempo que os gestores do QREN. Isto refere-se a duas situações muito claras e que mereceram sempre da parte do PS uma chamada de atenção para a questão das ilegalidades que estavam a ser cometidas. Uma era referente à requalificação da ex-EN2 e ex-EN234, descreveu as irregularidades que entendia terem sido cometidas, lembrando que algumas foram questionadas pelo Sr. Deputado Boto Martins numa sessão da Assembleia Municipal, concluindo que a obra está dada por terminada e está executada a menos de 50%, é isto que os vereadores do PS sabem, não sabendo absolutamente mais nada. A segunda questão diz respeito a um concurso público urgente em 24 horas para a execução da empreitada “Requalificação dos Centros Históricos de SCDão” e aqui a questão é diferente da anterior porque logo na abertura do concurso o PS constatou que a maior parte dos trabalhos já tinham sido executados há muito tempo. A título de exemplo disse que nesta obra está a requalificação do Largo do Tribunal, junto à Igreja Matriz, estando também nesta obra a requalificação de uma parte do Serrado, junto aos escuteiros. Chamaram a atenção que quer estes trabalhos, quer outros já estavam executados e portanto isto não era um processo transparente para ir buscar dinheiros ao QREN, tem que haver transparência nestas coisas. Esta obra em relação ao Bairro do Serrado, foi uma obra da Junta de Freguesia para onde a Câmara transferiu verbas. Os trabalhos das duas obras foram ganhos pela empresa Embeiral. Em reuniões de Câmara o PS votou contra dizendo que aquele concurso era uma irregularidade grave. Não são contra SCDão receber verbas do QREN, quanto mais verbas vierem melhor, não podiam era como vereadores do PS compactuar com estas situações, tinham como obrigação de como vereadores do PS fiscalizar a ação do executivo. Não sabiam o que foi feito em vez de quê ou se foi ou não foi, chamaram apenas à atenção para a gravidade do que estava a acontecer, porque algumas obras feitas por empreiteiros locais apareciam naquele concurso quando já estavam realizadas. Fizeram as suas declarações de voto no momento, chamaram a atenção para as irregularidades e mesmo assim a Câmara decidiu levar para a frente a situação e aquilo que fizeram foi chamar a atenção para as entidades competentes para o entendimento que tinham sobre a situação, porque podiam ter outra informação que os vereadores do PS não tinham. Sempre se pautaram por uma questão de frontalidade e lealdade, têm colaborado com a Câmara Municipal e muitas vezes têm de alterar decisões para não criar obstáculos ao normal funcionamento da Câmara, mas não abdicavam que a gestão da Câmara fosse feita de um modo rigoroso e transparente e em relação a isto, transparência foi o que não existiu. Em relação à

lealdade não fazem coisas no escuro, nas costas, não fazem cartas anônimas, no mesmo dia em que pediram esclarecimentos e não denúncias às entidades competentes enviaram ao Sr. Presidente da Câmara uma outra carta para saber que estavam a agir com transparência e não pelas costas.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este disse que o Sr. Vereador se esqueceu de mencionar uma outra obra de um concurso que teve que lançar e que já estava feita, mas estava feita do tempo em que o Dr. Leonel era vereador a tempo inteiro e essa infelizmente não tinha fundos comunitários associados e a Câmara teve que pagar 75 mil euros ao empreiteiro de uma obra que estava feita desde 2004 ou 2003 e cujo empreiteiro reclama agora mais 25 mil euros por terraplanagens que fez nessa altura no Parque Industrial da Guarita e que provavelmente obrigarão a cometer mais uma ilegalidade que é a abertura de um concurso já com as obras feitas. Em relação à segunda questão “Requalificação dos Centros Antigos” não se iria pronunciar porque as obras estão feitas, estão lá e se tiver dúvidas tem os sítios onde recorrer, já foi alvo de suspeições, já foi constituído arguido numa situação em que o Dr. Leonel o acusa de ter participado em negócio, foi ouvido pela Polícia Judiciária e no Tribunal de Santa Comba Dão por uma queixa feita pelo Dr. Leonel, agora diz que não, é assim, mas a queixa está lá, acusou-o de corrupção e isso não podia admitir e perdoar. O Sr. pode ser sério, mas não é mais sério que eu. Em relação às ex-EN as obras foram candidatas ao Terceiro Quadro Comunitário de Apoio e participadas a 55%, entretanto apareceram as candidaturas ao QREN que eram no mínimo participadas a 70%. Foi feito um auto de suspensão de obra, também já tinha explicado a razão de ter faturação sem ter sido iniciada e não ia explicar novamente (pavimentação da Rua do Casal). Depois desta obra ter sido candidata ao QREN era preciso adapta-la aos seus regulamentos relativamente à parte urbana e foi isso que foi feito, apresentou-se um projeto de alterações com o mesmo valor, por exemplo a introdução de calçada em vez de pavimentações, a rotunda no Largo do Balcão e outros que estão medidas e faturadas e que completaram o valor da obra. A obra não está fechada em termos de QREN porque agora vai ser pedida uma reprogramação física da obra para que sejam considerados não os trabalhos postos a concurso, mas os que efetivamente foram executados. A reprogramação ainda não foi feita pois o processo foi interrompido devido às tais cartas dos vereadores do PS estando agora à espera de autorização para o fazer. Em relação ao resto e sobre o processo de desmotivação de eventuais investidores não disse e não o ia dizer que foram os vereadores do PS, não se admirava que o fizessem mas não tinha garantias e portanto não podia acusar ninguém, agora que houve gente que o fez e ligada ao PS houve, pois não é ele que o diz, são as pessoas que pretendiam fazer negócios com a Câmara que lhe disseram que não o faziam porque houve pessoas a, b, c ou d que os aconselharam a não fazer.

Seguiu-se para o ponto dois ponto dois: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2011, E AINDA A APRECIAÇÃO

DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL E RESPECTIVAS AVALIAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por referir que estava presente o Sr. Dr. João Careca representante da empresa Martins Ferreira e Associados que audita as contas do Município e que poderia prestar esclarecimentos técnicos caso assim os Srs. Deputados o entendessem isto claro com a devida autorização do Sr. Presidente da Assembleia. Sobre o fecho de contas referiu o relatório de contas onde enquadrava a situação do Município com o País e com a Europa. Mais uma vez as transferências do Estado foram cortadas o que penalizou ainda mais o Município. Esclareceu e retificou a informação contida no relatório de gestão sobre a diminuição da receita por via dos impostos locais. Referiu a diminuição da despesa em 2011 em mais de 3 milhões de euros, mas também a diminuição do total da receita em mais de 1 milhão de euros. Referiu a legislação que sairá brevemente como a Lei dos Compromissos e a disponibilização das verbas retidas devido ao excesso de endividamento e que terá que ser utilizada no pagamento de dívidas superiores a 90 dias. Em 2011 registou-se uma receita de 8 290 624.87€ e uma despesa de 8 332 320.53€ e a considerarem-se as dívidas de terceiros o saldo seria positivo. Terminou dizendo estar disponível para questões a colocar pelos Srs. Deputados.

Pediu a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa que fez a intervenção constante do anexo n.º1 que faz parte integrante da presente ata.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que nunca tinha desvalorizado a obra feita pelos anteriores executivos e nem questionava decisões tomadas. Lembrou que já tinha feito dois mandatos como vereador na oposição e sabia que contribuiu para que as decisões fossem tomadas por unanimidade e às vezes melhoradas sempre no intuito de colaborar. Tinha neste aspeto um conhecimento de causa superior à do senhor deputado. Recordava que quando entrou na Câmara a Escola Profissional tinha uma dívida de 500 mil euros e sobre os beberetes garantia que não encontravam na fatura da Câmara qualquer despesa sobre isso ou sobre outro qualquer desperdício. Dizia também que o Sr. Deputado tinha errado quando disse que o Governo tinha cortado no subsídio de Natal de 2011, o Governo impôs uma taxa de IRS que a Câmara teve que devolver ao Governo, onde a Câmara vai ganhar é em 2012 em que os valores de subsídio de Natal e férias servirão para pagar dívida superior a 90 dias. Lamentava que tivesse sido dito que as retenções feitas devido ao excesso de endividamento estavam perdidas, tinha acabado de dizer que esses valores iriam servir para pagar dívida, talvez fosse isso que o PS quisesse, mais uma vez não vão ter razão, vão batendo na mesma tecla, uma mentira dita muitas vezes passa a ser verdade, poderão acreditar outros menos prevenidos, a ele não o iam fazer acreditar. Tinha que dizer que com a atual Lei das Finanças Locais já a Câmara violava os limites de endividamento há muito tempo. Já tinha assumido várias vezes erros que cometeu e nunca viu mais ninguém fazê-lo anteriormente porque não têm humildade, era de origem humilde e irá mantê-la,

também já tinha justificado e retificado a informação que não estava correta onde se dizia que houve uma diminuição dos impostos locais. Se o Sr. Deputado quiser mostrar-lhe-ia o quadro com as transferências feitas pelas Finanças.

Para um pedido de esclarecimento pediu a palavra o Sr. Deputado Boto Martins para perguntar se quando o Sr. Presidente disse que uma mentira dita muitas vezes passava a ser verdade, se com essa afirmação se estava a referir que o PS estava interessado que a Câmara não recebesse o dinheiro.

O Sr. Presidente da Câmara em resposta disse que essa seria a interpretação do Sr. Deputado, que não era a dele, o que quis dizer foi que afirmam tanta vez que o dinheiro está perdido que as pessoas acreditam.

Pediu a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa para dizer que por hábito é humilde, é cordato e não faz acusações por fazer. As respostas dadas são iguais àquele indivíduo que depois do jogo efetuado sabe o resultado. O que lê é o que está nos documentos, não tem obrigação, nem tempo para descobrir o que se passa no seio do executivo. O Sr. Presidente deve ter boas fontes para conhecer uma Lei que ainda não saiu, neste momento e com a Lei atual os fundos estão perdidos. Nunca disse que o Sr. Presidente não reconhecia a obra, reconheceu-a até numa das primeiras sessões feitas nesta casa. O que quis dizer é que a dívida antiga estava anexada a um conjunto de obras e a atual dívida não tem obra anexada ou haverá pouca, pois as coisas visíveis foram feitas em Parceria Público-privada. O que está em causa é que quando se diz que uma dívida existe tem que se ver o que é que ela consubstancia e nesta dívida de que se está a falar não vê tanta obra que a justifique. No primeiro mandato a dívida aumentou em cerca de 50% e quais foram as obras feitas?

Não havendo mais intervenções passou-se para a votação deste ponto sendo os documentos de prestação de contas do ano de 2011 aprovados por maioria de 16 votos a favor do PPD/PSD, 2 votos contra do Partido Socialista (Srs. Deputados Boto Martins e César Branquinho) e 11 abstenções dos restantes Deputados do PS.

Seguiu-se para o ponto dois ponto três: RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO DO 2º SEMESTRE DE 2011.

Não houve pedidos de intervenção nem qualquer comentário.

Passou-se de seguida para o ponto dois ponto quatro: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM DE RECRUTAMENTO PARA OCUPAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO, PREVISTOS E NÃO OCUPADOS NO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO, EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO PARA OS SEGUINTE LUGARES: CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR –UM TÉCNICO SUPERIOR, ÁREA DE PSICOLOGIA E UM TÉCNICO SUPERIOR, ÁREA DE LÍNGUAS E LITERATURAS MODERNAS, COM CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS DOCUMENTAIS- OPÇÃO ARQUIVO; CARREIRA/CATEGORIA ASSISTENTE TÉCNICO, UM ASSISTENTE TÉCNICO, ÁREA DE TÉCNICO DE ELETRÓNICA, CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL, UM LUGAR DE ASSISTENTE OPERACIONAL, ÁREA DE MECÂNICA= PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este esclareceu o motivo deste pedido cujo processo já começou há bastante tempo e que se encontra relatado na informação distribuída aos Srs. Deputados tendo depois que haver ainda a autorização da DGAL e do Ministério das Finanças.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Boto Martins que perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se o processo não tivesse sido iniciado já há mais de um ano, se neste momento e dada a situação da Câmara o iniciaria e se estava convencido que este recrutamento iria ser autorizado ou se continuou com o processo para ficar bem visto perante os potenciais candidatos.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que nada fez para ficar bem visto. Disse ainda que a situação da Câmara quando se iniciou o processo era idêntica à de hoje, até pelo contrário, agora há sinais claros da diminuição da despesa. A esperança de sucesso deste processo não é grande, havendo apenas o facto que joga a favor de se ter reduzido cerca de 47 funcionários nos últimos dois anos e também a Câmara não ter pessoal nestas especialidades.

Não havendo mais pedidos de intervenção este procedimento foi aprovado por maioria com 17 votos a favor (16 do PPD/PSD e um do PS - Sr. Deputado Hélder Dias) e 12 abstenções dos restantes Deputados do PS.

Seguiu-se para o ponto dois ponto cinco: PROPOSTA DE SUSPENSÃO PARCIAL E MEDIDAS PREVENTIVAS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO=APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por referir os impedimentos dados pelo PDM e que não permitem que um prédio a construir na esquina da Rua de Treixedo com a Avenida Sá Carneiro fique com a altura do prédio adjacente e construído na Avenida Sá Carneiro. O PDM apenas permite a construção de quatro pisos e para ultrapassar um problema de estética esse prédio necessita de mais um piso para que depois de construído fique com altura do outro evitando assim que se fique a ver a empena do já construído. Atendendo à zona central e nobre, a estética é importante. Esta foi uma solução dada pelos técnicos da CCDRC expressa no respetivo parecer. Claro que é uma solução boa para o promotor.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Boto Martins para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se para além da solução apresentada com a construção de mais um andar, não haveria outra solução de modo a ultrapassar a diferença de altura entre o edifício já existente e o que vai ser construído. O próprio construtor podia ter pensado noutra solução, uma vez que conhecia situações em que o último piso em vez de ser um andar normal habitado é um espaço possível de ser utilizado por todos os condóminos. Este processo poderá abrir um precedente para outros interessados em ter um maior lucro e nesta altura não se devia aceitar pacificamente a obtenção de lucros imprevistos que acabam por ter alguma injustiça. Por tudo isto o processo causava-lhe algumas reservas.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que disse terem sido estudadas várias soluções, o problema é que o prédio já existente tem um telhado

em duas águas e acabar o novo prédio com um terraço como foi invocado não resolvia o problema pois continuar-se-ia com um bocado da empena à mostra. Também não sabia se iria haver lucro ou prejuízo pois a atual conjuntura é desfavorável. Disse ainda que foi a própria Câmara que começou por pressionar o promotor para arranjar uma solução. Na sua opinião o primeiro PDM devia no máximo permitir quatro pisos e na generalidade permitir três pisos e tem havido aproveitamentos com a inclinação dos terrenos originando que se construam mais pisos.

Não havendo mais intervenções passou-se para a votação. Esta Proposta de Suspensão e as Medidas Preventivas de Âmbito Material, Territorial e Temporal constantes da proposta apresentada e também expressa na deliberação da Câmara Municipal de SCDão conforme cópia da ata da sua reunião realizada a 24/04/2012 foram aprovadas por maioria com 16 votos a favor (15 do PPD/PSD e um do PS – Sr. Deputado Hélder Dias), 5 votos contra do PS (Srs. Deputados Boto Martins, César Branquinho, Fernando Abel, Manuel Morais e Ana Paula Ferreira) e 7 abstenções dos restantes Deputados do PS. Esteve ausente da votação a Sra. Deputada Inês Matos.

Seguiu-se para o ponto dois ponto seis: REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL - PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTARQUICA.

Pediu a palavra a Sra. Deputada Leandra Cordeiro que fez a intervenção constante do anexo n.º2 desta ata e que faz parte integrante da mesma.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Fernando Abel que fez a intervenção constante do anexo n.º3 desta ata e que faz parte integrante da mesma.

Pediu de seguida a palavra a Sra. Deputada Inês Matos que começou por dizer que a intervenção da Sra. Deputada Leandra Cordeiro foi uma mera intervenção e não uma proposta. O ponto da Ordem de Trabalhos não foi proposto pelo PSD que no entanto assumia a responsabilidade de estar disponível para constituir um Grupo de Trabalho, não na perspetiva que o Sr. Deputado Fernando Abel quis passar, na perspetiva de desrespeitar o território de SCDão, de desrespeitar a importância dos Órgãos das Freguesias. O Sr. Deputado Fernando Abel mostrou que já tinha lido o texto da Proposta de Lei e o seu Art.º 11 é muito claro ao dizer que a pronuncia da Assembleia Municipal deve ser entregue na Assembleia da República no prazo máximo de 90 dias, se o quiser fazer, não é obrigada, 90 dias a contar da data da sua entrada em vigor. Pareceu-lhe haver alguma contradição no discurso do Sr. Deputado que deu o exemplo de Lisboa e do Porto onde a fusão das freguesias já aconteceu mas no entanto continua a achar que ainda é cedo para começar a discutir o assunto. As pessoas têm discutido apaixonadamente este assunto mas ainda não perceberam o verdadeiro significado desta Proposta de Lei. Esta reorganização administrativa não está a ser feita só ao nível do poder local, a questão é muito mais abrangente e não nos devemos limitar às nossas “quintinhas”, pedindo desculpa pelo termo. A verdade é que os ganhos que se pretendem são os da eficiência a vários níveis. A visão que se terá do território vai ser completamente diferente da que temos hoje. É inadmissível nos dias que estamos a viver que continuemos a construir infraestruturas em cada

freguesia. O território tem que ser visto de outra maneira, a reforma administrativa que se pretende não é de cortes nesses gastos, poupar ajudas de custo ao Sr. Presidente da Junta, poupar umas senhas nas Assembleias de Freguesia, essas contas já foram feitas. O primeiro objetivo desta reforma não é esse e quem quiser acreditar nisto não está interessado em discutir o assunto. Não conseguia compreender como o Sr. Deputado Fernando Abel podia dizer que podemos nem ter legitimidade para discutir o assunto quando sabemos que isto vai acontecer, é uma reforma complicada e onde nós Assembleia Municipal temos a responsabilidade de envolver as Assembleias de Freguesia, ouvirmos, pedirmos pareceres, reunirmo-nos com os órgãos das freguesias, para podermos discutir saudavelmente e não com o tom que o Sr. Deputado descreveu da reunião que assistiu. Não com o tom de que quem estiver no Grupo de Trabalho está para prejudicar, está para eliminar, não é com esse intuito, todos nós sabemos que a Lei tem que ter um estímulo, é um assunto de verbas ou o que for, ela tem que ser feita. Todos teremos consciência de que se o Grupo não se constituir, porque provavelmente não se vai constituir só com um Partido, pois essa de passar a bola para o lado de lá não pode funcionar nestas matérias, a responsabilidade é de ambos os Partidos representados nesta Assembleia Municipal. Foi o PS que esteve à frente e que defendeu essa bandeira da Reforma e Reorganização Administrativa e ainda bem e congratulava-se por isso. Achava não ser a melhor forma de estarmos perante este assunto, não é o de passar a bola, é o de nos envolvermos e obrigarmos as Assembleias de Freguesia a envolverem-se nesta questão e que percebam as consequências e os objetivos desta Lei. Pois mais importante que os 15% de majoração de verbas, será ler os parâmetros de agregação, os objetivos da Lei, os princípios pelos quais devemos pensar esta reforma. Será mais importante pensar na população do seu concelho, pensar na reorganização das freguesias do seu concelho a bem de todos os santacombadenses para que o seu poder de representação continue garantido como até aqui, tudo isto é mais importante do que estar aqui a fazer política. Não o fazia a esse nível, mas também não podia aceitar de maneira nenhuma que a bola fosse passada para o Grupo Parlamentar do PSD, tomar uma posição como meus amigos nós lavamos as mãos porque não temos responsabilidades nisto, têm, têm responsabilidades, o PS tem responsabilidades nesta reforma e ainda bem, congratulava-se por essa iniciativa e reconhecia a necessidade da reforma mas gostaria que a posição fosse outra, pois haverá apenas 90 dias após a entrada em vigor desta Lei e 90 dias não é nada para o que haverá a fazer e envolver ao máximo as pessoas nesta questão que vai afetar todos os santacombadenses.

Pedi novamente a palavra o Sr. Deputado Fernando Abel para dizer que quando referiu as questões da legitimidade que hoje se colocam o fez apenas porque a Lei ainda não foi promulgada pelo Sr. Presidente da República. Quando se fala das freguesias agregadas, a legislação também prevê a criação de vice-presidentes numa outra composição, a tal composição para redução de custos, parecia-lhe que ia implicar mais gente, uma estrutura orgânica diferente e que na sua opinião não se traduzirá numa redução de custos e foi nessa medida que trouxe essa discussão.

SCDão tem uma freguesia urbana porque se tivesse duas, três ou mais seria a favor dessa agregação porque as responsabilidades de uma Junta de Freguesia num tecido urbano são completamente diferentes das que se têm numa freguesia rural. Não mudaram de opinião e achavam que podiam reduzir o número de freguesias por aí. Quando se trata das questões mais a nível local não lhes parecia que houvesse grande vantagem em fazer essa alteração. O PS ao longo destes anos nunca se colocou de parte no que concerne às grandes questões da política e na sociedade, se lhes parecer que uma qualquer proposta não contribui para melhorar a vida dos cidadãos não concordam e o que ali trouxe foi essa posição de desacordo. A legitimidade do PS é também poder discordar.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Boto Martins que referiu uma intervenção anterior da Sra. Deputada Leandra Cordeiro ao lançar o desafio ao PS para se pronunciar se concordavam ou não, supondo que até estava em causa a extinção da Freguesia de Nagozela, pensou na altura, que o melhor não seria perguntar ao PS se concordavam, melhor seria perguntar às pessoas de Nagozela se concordavam onde também deverá haver socialistas para os ajudarem a esclarecer esta questão. A sua intervenção tem mais uma vez a ver com o aparecimento desta proposta na Ordem de Trabalhos que pelo desenrolar do debate via que foi agendada pelo Sr. Presidente da Assembleia e não pela Sra. Deputada Leandra como inicialmente pensou. Isto colocava-lhe uma questão, pela leitura que fez da Proposta de Lei lembrava-se que se mencionava que a Assembleia Municipal deliberava sobre proposta ou consulta da Câmara Municipal e pensou, depois da leitura apressada, que a Câmara teria que avançar com uma proposta ou consulta à Assembleia para que esta se pronunciasse sobre esta matéria. Lembrou o passado numa sessão recente da Assembleia Intermunicipal da Região Dão-Lafões realizada em Penalva do Castelo onde este assunto mereceu um debate prolongado e aí foi também notória a divisão que há entre pessoas até da mesma cor política em relação a muitos aspetos desta Lei. Foi até apresentada uma proposta no sentido que fosse recomendado à Assembleia da República a suspensão do processo, chamando-se a atenção para o facto desta proposta já ter sido aprovada e ser por isso extemporânea. Foi a seguir proposto uma correção para que essa proposta de recomendação fosse então enviada ao Sr. Presidente da República de modo a que este exercesse o seu poder de veto. Era certo que esta Lei já aprovada pela Assembleia da República suscita muitas oposições de todos os quadrantes, não seria a pessoa mais indicada para dizer qual dos quadrantes tinha razão. A Sra. Deputada Inês Matos veio com um teor que lhe pareceu muito esclarecido e que parecia ter poucas dúvidas, não era o seu caso, porque tinha muitas dúvidas e a aplicação dos parâmetros no que diz respeito ao número de habitantes dá-lhe a ideia que isso conduzirá à agregação da Freguesia do Couto do Mosteiro, agregação da Freguesia do Vimieiro e eventualmente a de Óvoa, parecendo até que já há certezas nesse sentido. Portanto, não via de que modo a proposta a elaborar pelo Grupo de Trabalho se poderia afastar dessa realidade e no entanto há muita gente que considera que a agregação obrigatória da Freguesia do Couto do Mosteiro enferma de

muitos defeitos e é muito contestável por vários motivos. Portanto o Grupo de Trabalho que não sabíamos ao que se destinava mereceu à partida uma vontade quase unânime dentro da bancada do PS de não quererem participar, pois parecia-lhes que a participação num Grupo de Trabalho que vai aplicar uma Lei como aquela está muito limitada, a influência do Grupo de Trabalho era assim quase nula. Também ainda não se preocupou muito com o assunto pois tinha a esperança que devido à rapidez com que o processo foi conduzido, devido à celeuma e controvérsias levantadas que acabe por não ser de imediato aplicada, mesmo que a Lei seja promulgada pelo Sr. Presidente da República. A existir a promulgação esperava que o prazo de 90 dias fosse suspenso. Tinha muitas dúvidas sobre a constituição do Grupo de Trabalho. Referiu a posição do Sr. Presidente da Câmara de Tondela que disse na sessão atrás referida que a Câmara de Tondela não tomaria qualquer posição deixando o assunto para a Assembleia Municipal. Ficou admirado e também por isso achava que se devia deixar passar mais algum tempo e não se preocupar com uma Lei que ainda não foi promulgada.

O Sr. Presidente da Assembleia esclareceu o Sr. Deputado que a Assembleia Municipal de Santa Comba Dão é soberana no agendamento no que é de interesse para o concelho e portanto toda e qualquer insinuação que possa ter surgido relativamente ao porquê deste ponto cai por terra. A Assembleia não pode ser passiva e não pode estar à espera da posição da Câmara Municipal, não podemos fugir às nossas responsabilidades, obviamente que se daqui não sair qualquer solução o tempo encarregar-se-á de resolver os problemas por nós. É indiscutível que vai haver uma reforma no País. Tinha alguma dificuldade em entender o que foi dito porque bastava ver o que aconteceu quando foi a última reforma administrativa, é perfeitamente natural, ninguém gosta de mudar nada. O processo é muito importante para o País, não se ficará só pelas freguesias, nós não somos ricos. Ficava muito satisfeito pelo debate que se estava a dar devido ao agendamento e alertou que o que foi dito terá implicações no futuro e haverá responsabilização, não em termos pessoais, mas políticos, por isso será preciso ter muito cuidado com os argumentos apresentados pois no futuro seremos confrontados com as posições tomadas, se formos passivos teremos o que merecemos, se formos ativos temos a capacidade de intervir na resolução destes problemas. Não estava agora à espera que o Sr. Presidente da República promulgue ou não promulgue, o problema não está aí, está em tomarmos uma posição. Mesmo perdendo, ficamos a ganhar porque a posição que fica é a de vincular uma determinada posição no futuro.

Pedi novamente a palavra o Sr. Deputado Boto Martins para dizer que lhe parecia depreender que das palavras do Sr. Presidente da Assembleia ele teria formulado uma crítica à apresentação da proposta, não foi isso que quis dizer, o que queria dizer é que não sabiam de quem foi a iniciativa para agendar o assunto tendo pensado que a iniciativa tinha partido da bancada do PSD no seguimento do desafio que já tinha sido lançado numa das últimas sessões e nessa altura, muito menos do que hoje estavam interessados em responder, porque a ter-se feito alguma leitura

tinha sido feita a do Livro Verde. Punha-se outro problema, a constituição deste Grupo de Trabalho implica disponibilidade para quem o integrar e isso é um problema que não é fácil de resolver pois poucos teremos essa disponibilidade, mesmo ele que teoricamente será o menos ocupado. Portanto as reservas do PS em relação à integração no Grupo de Trabalho se o quiserem constituir já nesta sessão continuarão a existir e reafirmava a esperança de que não comesse dentro em breve a contagem dos 90 dias para apresentarmos a tal proposta. Concordava com o Sr. Presidente e com a Sra. Deputada Inês que vai ser necessário pensar, trabalhar no assunto e apresentarmos uma proposta já que nos obrigam a apresentá-la nos termos da Lei sob pena de sermos acusados de não zelarmos pelos interesses do concelho e portanto ninguém estaria interessado em ser acusado disso.

A Sra. Deputada Edite Cruz solicitou a palavra para dizer que gostaria de conhecer a opinião do Sr. Presidente da Câmara sobre o assunto, pois conhecia algumas opiniões de Presidentes de Câmara que eram contra.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara começou por dizer que não era obrigado a dar a sua opinião. Já participou em 5 reuniões com a presença do Sr. Secretário de Estado da Administração Local e desde o primeiro dia assumiu a sua oposição a esta reorganização, não porque genericamente não concorde com ela, achava que era preciso fazer outras coisas antes e depois pensar nela com tempo. No entanto, era preciso ver que estamos perante uma Lei que está prestes a ser promulgada e que se isso acontecer seremos obrigados a fazê-la. Achava que era possível e preciso fazer no futuro uma Reorganização Administrativa que incluía também a descentralização ou regionalização incluindo as Comunidades Intermunicipais. Concordava com uma reforma mais profunda também ao nível das competências incluindo também uma revisão da Lei das Finanças Locais e da Lei Eleitoral Autárquica.

Foi de seguida dada a palavra ao Sr. Deputado Manuel Morais que começou por dizer que as Leis são feitas e são para cumprir mas lembrava que os Presidentes de Junta são as sirenes das Freguesias, são procurados pelas pessoas para resolver os problemas, são os olhos do próprio Presidente da Câmara e depois quer-se tratar tudo isto como números. A Lei não diz que um Presidente de Junta terá que ser a tempo inteiro. Concordava com as reformas mas não podia ser assim, extinguir e não se sabia como. Foi bem dito pela Sra. Deputada Inês Matos que havia fome e claro que há estas situações e são os Presidentes de Junta que as podem identificar, fala-se em estatísticas mas estamos a esquecer as pessoas.

Pedi de seguida a palavra a Sra. Deputada Leandra Cordeiro que esclareceu que quando no passado se referiu a esta matéria nunca perguntou aos Srs. Deputados se estavam ou não de acordo com a extinção da freguesia de Nagozela, o que perguntou foi a posição da bancada do PS em relação à Reforma, na altura falou em Nagozela porque à data era a possibilidade que se discutia. Relativamente ao que disse o Sr. Deputado Boto Martins e contrariamente ao que afirmou achava que a Reforma não era partidária, em Nagozela há Nagozelenses, não há militantes do PS, nem mais

militantes do PSD. Quando se pede o envolvimento de todos e o envolvimento das Assembleias de Freguesia é para sermos nós a construir a nossa proposta. Claro que são aqueles os órgãos de soberania local e aqueles que são eleitos que têm maior responsabilidade na construção dessa proposta e que têm que ser os primeiros envolvidos porque e como já foi dito é fácil sacudir a água do capote, isto vai ter implicações futuras, se não formos nós a fazê-lo será imposto e depois não poderemos dizer que não concordamos pois deram-nos primeiro uma oportunidade para a construir.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Inês Matos dizendo que queria ter o Sr. Deputado Manuel Morais na constituição do Grupo para o combate ao desperdício. Dirigindo-se ao Sr. Deputado Boto Martins disse estar esclarecida da responsabilidade e da obrigatoriedade de se olhar para a Lei, pelo menos já a tinha lido, não sabia se concordava ou não, precisava de a discutir e ouvir outras pessoas, precisava de ouvir as populações e os Presidentes de Junta para se posicionar porque se ficar calada e ficar à espera que o Sr. Presidente da República não promulgue uma Lei que promove uma reforma, que está num plano de ajuda externa que nós assinámos e que é uma obrigação para Portugal, isto só se fosse muito ingénua pois a reforma tem que acontecer uma vez que está no Plano. É uma possibilidade que nos está a ser dada, de nós elaborarmos a nossa proposta venha ela a ser aceite ou não.

Pediu de seguida o Sr. Deputado Fernando Abel para dizer que afinal não havia nenhuma proposta até ao momento. Quando ouvia a intervenção da Sra. Deputada Leandra Cordeiro pensou que se tratava de uma proposta e afinal veio a verificar que não era. Na Assembleia todos estavam interessados em contribuir para o bem-estar da sociedade em que nos inserimos, podiam ter formas diferentes para observar a sua gestão mas não estão ali contra ninguém. Não o assustava o futuro, irá dizer sempre aquilo que pensa e o que pretendia era que no futuro a sociedade fosse mais justa, mais livre e mais fraterna e onde todos possam viver melhor. Ouviu o Sr. Presidente da Câmara e concordava pois haveria de facto outras vertentes que seria importante levá-las à prática antes mesmo de discutir este assunto.

Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Assembleia disse que face ao resultado deste debate tudo ficava em “águas de bacalhau” demonstrando o que somos e portanto passava para o ponto seguinte.

Ponto dois ponto sete: ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRANCOSO= MOÇÃO CONTRA A INTRODUÇÃO DE PORTAGENS NA A23 E A25.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Boto Martins para dizer que apoiava a moção e que a iria subscrever.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Inês Matos para dizer que o Grupo Parlamentar do PPD/PSD teria toda a liberdade para votar porque de facto era uma questão pessoal.

Não havendo mais intervenções passou-se para a votação sendo a subscrição desta Moção aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor (treze do PS e nove do PPD/PSD), quatro abstenções do PPD/PSD (Srs. Deputados Fernando Veloso, Inês

Matos, Paula Francisca e Vital Lopes) e três votos contra do PPD/PSD (Srs. Deputados Rui Branquinho, Leandra Cordeiro e Luís Artur).

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos foi de seguida lida a minuta da ata desta sessão que posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto três da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Pediu a palavra o Sr. Feliciano Lima de Santa Comba Dão para expressar a opinião de que era a favor do pagamento de portagens nas autoestradas, quem as utilizava devia pagar. Focou ainda a autoestrada Viseu-Coimbra prometida pelo anterior Governo numa cerimónia em Viseu e que continua por construir.

Não havendo mais assuntos a tratar o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença e participação de todos dando pelas dezassete horas e cinquenta minutos por encerrada a sessão dela se lavrando a presente ata que depois de votada vai ser assinada pelos Membros da Mesa.



CONTA DE GERÊNCIA 2011

A leitura e análise da mensagem escrita do executivo, chamam-me a atenção alguns aspetos:

Continua o executivo a querer imputar a terceiros as suas decisões políticas. No início do seu primeiro mandato era a herança do anterior executivo, posteriormente ao Governo Socialista e a crise económica do país, a Lei das Finanças Locais ou a crise do setor da construção civil. Agora, ainda e sempre, ao Governo Socialista que teve de recorrer há um ano à intervenção externa, para o qual tanto contribui a pressão e o timing político dos partidos que agora nos governam, de entre eles o seu, e recorrentemente a Lei das Finanças Locais que como diz tão mal nos trata. Esqueceu-se do essencial as dificuldades locais por que passamos agudizaram-se a partir de 2005/2006 com a vossa governação e aí sim é que reside o busílis da questão.

Nunca é dito que em 2005, no tempo do executivo socialista a tão badalada herança, que tantas e tantas vezes usa como bandeira, era composta por duas partes, uma a dívida, a outra por um conjunto significativo de obra feita por todo o nosso concelho/cidade que a sustentava: as vias de comunicação, o saneamento, a iluminação, os polos industriais, os pavilhões desportivos disseminados um pouco por todo o concelho, o apoio financeiro e não só às associações, o estádio, piscinas, casa da cultura, o auditório em que nos encontramos, os Jardins de Infância, a Casa dos Magistrados, as avenidas que rasgam a nossa cidade, enfim um sem número de obras que por extenso me evito de enumerar.

Foram sem dúvida as opções políticas de V. Ex.^{as}, essas sim, que levaram ao estado atual de rotura financeira do município que trará consequências imprevisíveis nos anos vindouros e se a isto tivermos que acrescentar as dívidas da Combanima, da Escola Profissional e de todas as parcerias será com certeza a bancarrota. Como diz V.Ex.^a, naquele documento, espera ver resolvido o problema da dívida, não com uma mudança de rumo, mas tão-somente com uma pretensa mudança da Lei das Finanças Locais.

Dou-lhe alguns exemplos das medidas que tomou e contra as quais nos manifestámos, e este ser contra não é por querermos travar o progresso



da nossa terra, não é para criarmos constrangimentos, não é nem nunca será por sermos do contra. Assim: a dívida criada no primeiro ano e meio da vossa governação que aumentou a existente quase em 50%; a criação da Combanima, à qual nos opusemos desde sempre; as Parcerias Público Privadas; os Centros Escolares, tantas vezes já aqui discutidos, que se revelaram de custos excessivos, e tantas, tantas outras, decisões que poderia descrever.

Pergunto: não foram e não são estas as principais causas do nosso endividamento? Não foi a governação muito acima das possibilidades económicas e sem cuidado que nos lançaram neste lamaçal económico? Não continuam a ser cerimónias onde aparentemente se gastam rios de dinheiro em beberetes principescos mesmo em tempo de crise, que também contribuem para tudo isto?

Quanto aos números da Conta de Gerência, e só me baseando nos mapas anexos á referida mensagem, refere que houve uma diminuição dos Impostos Diretos o que apesar de muito porfiar não consegui encontrar, pois que a diferença entre os valores expressos de 2010 e 2011 é favorável em 81 mil euros.

Um outro ponto positivo que invoca é a diminuição das despesas com pessoal, pois se por um lado o atual governo cortou nos subsídios de natal e se por outro os funcionários da Combanima em mobilidade voltaram ao seu antigo posto de trabalho, teria que acontecer mesmo esta diminuição. Em contrapartida e quase no mesmo valor aumentaram as transferências para aquela empresa, isto não refere.

Refere ainda as importâncias cativas e já perdidas por violação do FEF, espero que não venha dizer também que a violação e aplicação das medidas punitivas são culpa de algum político local são-no, isso sim, pelas faltas cometidas por V. Ex^{as}.

O Plano de Saneamento Financeiro, implicava obrigatoriamente a diminuição das dívidas a fornecedores, o que nunca se verificou, estas, no entanto e contrariamente, aumentaram, o que faz correr o risco de mais sanções nos poderem vir a ser aplicadas por incumprimento do PSF.

Pela primeira vez os empréstimos de curto prazo não foram pagos, as contas não se encontram consolidadas, para além de outras situações que poderiam pôr em causa a Conta de Gerência. Matematicamente tudo está bem a receita menos a despesa corresponde ao saldo, no entanto a herança que certamente irá deixar no final do seu mandato não terá comparação com aquela que herdou, para pior.

P'la Bancada do Partido Socialista

O Deputado,

José Augusto Morais de Sousa

Bom tarde a todos,

Sr. Presidente,

Srs. Deputados,



Já anteriormente tive oportunidade de trazer a esta Assembleia a discussão acerca de Reforma Administrativa ou Reforma de Administração Local.

Preconizando-se que se vive um tempo em que o modelo de gestão deve ser analisado e estruturalmente melhorado, permitindo-se o reforço saudável do Municipalismo, num modelo mais forte e eficaz.

A responsabilidade de fazer parte de uma comissão política nacional de jovens autarcas obriga-me a aprofundar o debate e a exigir o envolvimento de todos.

Na altura, de forma directa lancei o desafio à bancada do partido socialista para que pronunciasse e se posicionasse em relação à Reforma, nomeadamente no que concerne ao nosso concelho.

O silêncio da bancada do partido socialista não nos

permitiu conhecer a sua posição nem por sua vez,
levar a discussão para que surja um entendimento
na Reorganização administrativa do território, ~~já~~
que o Governo assim o permite.

Aliás, deixa as populações e os órgãos de soberania
local a possibilidade de discussão, flexibilizando o
processo e a oportunidade da construção de uma
proposta nossa. De quem melhor conhece o território
e as suas gentes.

Compromisso com o concelho de Santa Comba Dão
de todos nós. Não é só de alguns.

Como às vezes e, normal, em matérias pouco
consensuais, pode ser conveniente fazer parecer.

Recordo que esta reforma faz parte do acordo
assinado e a Troika que honradamente este
Governo vai cumprir. Mas lembro também que
começou por ser bandeira do anterior Governo, que
incluiu na sua agenda a matéria e a convicção
a defender.

Em referência ao então Secretário de Estado de
Administração Local, José Inácio que ~~teve~~

~~oportuno~~ de dizer em entrevista concedida à TSF
e ao Jornal de Notícias em Maio/11, referindo-se
a Reforma como inadiável, reconhecendo a
necessidade de uma mudança no paradigma de
funcionamento das instituições públicas. Admitiu e
continuo a citar q a reorganização administrativa
associava-se de forma inequívoca a uma revisão da
Lei das Autarquias Locais, da Lei Eleitoral Autárquica
e da Lei das Finanças Locais. Fundamentando-se
no programa do então Governo do Partido Socialista,
reconhecia que ^(abro aspas) "as novas escolas de intervenção
local, a nível Regional, intermunicipal e de freguesia
justificam a adopção de um novo regime legal de
criação, fusão e extinção de autarquias locais"
(fecho aspas). O mesmo que agora assume a
extinção de freguesias como injustificável. Uma coisa
é certa, o compromisso do Dr. José Luqueiro é
sempre com o Partido Socialista. Haja coerência!
Sabemos hoje que o Programa defendido noutre pelo
interior executivo era ^{em} muitos casos muito mais
restritivo do que o Livro Verde propõe e admite.

O Documento Verde fornece critérios orientadores
hipóteses de agregação e só impõe na ausência
de debate local. O Governo dá assim possibili-
dade de consenso e entendimento e abertura para q
sejam enviados modelos de agregação para posterior
aprovação na AR. O Governo permite, deste modo,
um verdadeiro modelo. Um modelo de baixo
custo. Permite, não esqueçamos, que sejam
as populações as verdadeiros obreiros deste Reforma.
Faltas de clarificar os objectivos do Reforma e os
seus pressupostos ~~devemos~~ ^{vamos} de uma vez por todas
por fim à contra-informação, reafirmando o
seguinte: não há extinção de freguesias. Há sim
unificação/agregação das suas administrações.
Sem benefícios para todas. Senão vejamos: o
reforço de competências é acompanhado do reforço
das correspondentes transferências financeiras do Estado
que permite uma majoração de 15% nas ~~chaves~~ transferências
através do Fundo Financeiro ^{de} Freguesias (n.º 4 do
artigo 9.º de Lei 44/12) e o q vai permitir ~~vamos~~
promoção do Desenvolvimento local com partilha de

Recursos e maior eficiência na sua gestão.

A Bancade do Partido Social Democrata mostra-se ^{sempre} neste modo, disponível e empenhado para ~~colaboração~~ ^{colaboração} a Bancade do Partido Socialista debater, e pensar e por fim, construir uma proposta de agregação que respeite a unidade territorial do Concelho de Santa Comba Dão, atendendo às suas especificidades e características, majorando os interesses das suas populações. Objectivo primeiro de cada eleito.

Embora que a não apresentação de proposta de agregação de freguesias, levará à imposição por parte de Unidade Técnica criada ao abrigo de Lei 44/2012, portanto, imposta por técnicos sem releção c/ o Concelho e não prevê a majoração do Fundo ^{de} ~~financiamento~~ ^{de} freguesias (n.º 5, artigo 9.º) e/ ~~por~~ evidentes prejuízos para os santacombedenses.

Por tudo isto, pede-se uma atitude construtiva e a colaboração de todos. Mas de todos!

Obrigado!

Handwritten signature and initials in blue ink.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhores Vereadores

Distintos colegas desta Assembleia

Minhas senhoras e meus senhores.

Venho falar-lhes na Ordem de trabalhos , no seu número 2.6 – Reforma da Administração Local – Proposta de constituição de um grupo de trabalho para a Reforma Administrativa Autárquica .

Porque não constava dos elementos informativos que recebemos para esta Assembleia Municipal, gostávamos naturalmente de saber quem foi que a propositou

Mais, estranhámos que esta discussão tenha sido agendada para esta Assembleia de 30 de Abril de 2012; porque a Lei 44/XII que está subjacente a esta discussão, embora tenha sido votada e aprovada em sede própria, pela maioria que apoia o Governo, no dia 13 de Abril deste ano , ainda não foi promulgada pelo Senhor Presidente da República; logo esta discussão está ferida de legitimidade.

Acerca desta Lei nº44/XII muitas opiniões se conhecem, desde logo as também emanadas dos Presidentes da Associação Nacional de Municípios e da Associação Nacional de Freguesias e, sabemos que não são nada cordatas com o que esta Lei prevê.

É uma Lei que aponta para uma reorganização em que ninguém acredita. Ela apenas aponta para a redução do número de Freguesias , numa primeira fase, para a seguir pôr em causa a atual distribuição das Câmaras Municipais.

Recebi, enquanto membro desta Assembleia, um convite para assistir a um debate que aconteceu na sede da Comissão de Coordenação da Região Centro, em Coimbra , onde seria mostrada a forma de aplicação desta Lei,

 

Mas o que aconteceu foi uma coisa quase indescritível ; vim de lá fortemente angustiado, com a sensação de que foi uma perda de tempo e custos de deslocação a troco de nada ; primeiro, porque não foram acauteladas formas de receber tantos participantes . Dado o que estava em discussão ser de interesse geral , as presenças com representantes de Câmaras e Juntas de Freguesias, foram em grande número , é bom que se diga que o âmbito da Comissão é de toda a Região Centro.

Para explicar esta Lei o Governo mandou 2 rapazes, que vieram debitar o que lhes apetecia, e, sempre que lhes faziam perguntas respondiam que explicavam no fim da reunião, com um comportamento rude e mal-educado.

O ambiente naquela sala, foi o pior que vi até hoje, e já levo muitos anos de trabalho autárquico. Acreditem que tive receio que as pessoas ali presentes acabassem por perder a compostura, tal o mal estar generalizado; seriamente cheguei a pensar que a reunião não chegaria ao fim.

Em conclusão, o que aqueles vieram fazer a Coimbra, não foi para debater nada , escutar nada , mas simplesmente, deixar o argumento de que os Órgãos Autárquicos foram ouvidos.

Posso dizer-lhes que ouvimos as maiores manifestações de repulsa , até, e sobretudo, de gente que antes das eleições partilhou com o Dr. Miguel Relvas esta temática e, que fizeram questão de não o esconder .

Este debate foi uma mentira das maiores.

O que acabei de afirmar pode ser confirmado por pessoas que estão nesta Assembleia e que também partilharam essa reunião .

Os eleitos do Partido Socialista não vai integrar o grupo de trabalho para esta coisa que se queira chamar de Reforma da Administração Local.

Porque se o Dr. Miguel Relvas quer ficar na História por ter desmembrado o Poder Autárquico Local , então que fique, mas não será com o nosso apoio.

Transcrevo só um ponto da explanação da Lei : A fusão de Freguesias passa a envolver uma majoração de 15% da participação no Fundo de Financiamento das Freguesias, até ao fim do mandato seguinte à fusão.

O que é que isto quer dizer ! Meninos portem-se bem que tem aqui um reбуçado, mas só podem disfrutar dele até ao fim do mandato seguinte, porque depois, não terão mais direito ao reбуçado. Entendem!

Porque estamos a tratar de questões de Estado, não fica nada bem uma proposta destas. Mais parece aquele menino que tem uma bola, e que diz: ela é minha , minha , minha e, não a partilha com os outros meninos. Só abre excepções quando os outros meninos desejosos de jogar e não importa com que dignidade, cedem ao seu capricho

Não nos venham dizer que é a Troyka, porque existe espaço para negociações, o que as instâncias Europeias nos pedem é que sejamos capazes de não esbanjar o que é do Erário Publico.

Respeitamos os parâmetros das nossas Freguesias , do Concelho de Santa Comba Dão nas suas atuais áreas geográficas, com as suas realidades económicas, sociais e culturais e, alterar esta composição fere o concelho na sua realidade histórica.

Não nos parece que com qualquer redução do número de Freguesias no nosso Concelho se poupem meios financeiros; se esta questão, vier a ser equacionada , vão ter que explicar muito bem ao povo da nossa terra.

E, já agora, coloco a questão. Quanto se iria, ou vai, poupar?

Em jeito de explicação para justificar aquilo que disse , bastava ao Sr. Presidente da Câmara dispensar 2 dos seus assessores, e, o que lhes paga, chegava para suprir as reduções de custos que se pretendem, com esta Lei .

Não serei eu a pôr em causa as escolhas que fez o Sr. Presidente. É livre de escolher o número de assessores que quiser e, ou que a Lei lhe permitir ; não deixarei de ter uma opinião quanto aos critérios de escolha para poupar recursos aos contribuintes.

Membros da Assembleia Municipal Eleitos pelo Partido Socialista.

Fernando Abel Simões